


# Diário Oficial



Teresina(PI) - Quinta-feira, 8 de outubro de 2020 • Nº 191

19

NOME	CPF	FUNÇÃO
Adriana de Moura Silva	691.920.573-49	Presidente
Cândida Ribeiro de Oliveira	023.077.453-94	Membro
Hayka Natyelly Alves da Silva	068.551.793-47	Membro
Hetelvania Bezerra de Sousa e Silva	833.263.323-00	Membro
Maria Aparecida Franco da Silva Rocha	227.903.733-53	Membro
Maria do Amparo Santana Menezes Ramalho	159.434.963-00	Membro
Marina Nery Coutinho Pierotti Monteiro	025.371.623-31	Membro
Wander Negreiros Paes Landim	009.712.473-74	Membro
Wilson Marciano Nery Nogueira	478.980.623-53	Membro

<b>AGRESPI</b>	<b>AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ</b> CNPJ (MF) 30.128.386/0001-82 Av. Pedro Freitas, S/N Bloco 1 2º andar Centro Administrativo - Bairro São Pedro CEP - 64.018.900 - Teresina - Piauí FONE: (86) 98813-8827	 <b>GOVERNO DO PIAUÍ</b>
----------------	---	--

RESOLUÇÃO/AGRESPI Nº 001, DE 24 DE OUTUBRO DE 2020

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor a partir desta data.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, em Teresina(PI), 05 de outubro de 2020.

(assinado eletronicamente)

Ellen Gera de Brito Moura  
Secretário de Estado da Educação

**Of. 066**

PORTARIA SEDUC-PI/GSE Nº 834/2020

Teresina(PI), 06 de outubro de 2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE FISCAL DE **CONTRATO ADMINISTRATIVO** EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E NOS DECRETOS ESTADUAIS Nº S. 14.483/2011 E 15.093/2013.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 109 da Constituição Estadual.

## RESOLVE:

Art. 1º - Designar como fiscais dos Contratos celebrados por esta Secretaria, quais sejam, Contrato Nº **098/2020 (VENTISOL NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VENTILADORES LTDA)**, o qual tem por objeto a Contratação de empresa para a aquisição de ventilador escolar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição, os seguintes servidores:

FISCAL	CONDIÇÃO	MATRÍCULA	CPF
LÍVIA RODRIGUES MELO DE ALBUQUERQUE	GESTOR	0283975-0	801.924.753-04
ARISTÓTELES LINO PINTO DE SOUSA	FISCAL	0171003-6	876.965.843-91
GONÇALO SOARES FILHO	FISCAL	0060096-2	9904.980.340-40
THELDES BENVINDO MOREIRA	FISCAL	0084531-X	517.465.063-34
KARINA HERIKA SOARES FERREIRA	SUPLENTE	157569-4	766.783.003-78

Art. 2º - Determinar que os fiscais devem informar ao Gestor do Contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

**Parágrafo Único.** Parágrafo único. Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais dos contratos devem proceder à fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução dos contratos, conforme dispõe o decreto nº 15.093/2013.

Art. 3º - Cientificar que os fiscais do contrato responderam, perante aos órgãos competentes, caso ateste o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PIAUÍ, em Teresina(PI), 06 de outubro de 2020.

Ellen Gera de Brito Moura  
Secretário de Estado da Educação

**Of. 273**

*Dispõe sobre a alteração nos procedimentos e na metodologia para o reajuste anual das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, prestados pela concessionária AGESPISA, e dá outras providências.*

A AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ - AGRESPI, reunida sob a forma de Conselho Diretor, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Estadual nº 7.049/17, pelo Decreto nº 17.681/2018, pela Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, pelo Decreto Federal nº 7.217, de 21 de junho de 2010, nas Leis Municipais, nos Contratos de Concessão e de Programa, nos Termos de Cooperação Técnica que certificam a delegação e transferência do exercício das competências municipais de regulação econômica e fiscalização da prestação dos serviços públicos de saneamento básico à Agência Piauiense de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado do Piauí - AGRESPI;

CONSIDERANDO que foi pleiteado pela ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ S/A - AGESPISA, através do OFÍCIO GAB/DIPRE Nº 0316/2020, a alteração nos procedimentos e na metodologia para o reajuste anual das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, prestados pela concessionária AGESPISA;

CONSIDERANDO que o pleito foi assentado em estudo elaborado por esta Diretoria, constante na documentação consubstanciada no Parecer Técnico nº 0005/2020, e alicerçado na observância ao que recomenda a NBR 9.649/1986 da ABNT;

CONSIDERANDO que a solicitação da mudança na fórmula atual para a FÓRMULA PARAMÉTRICA, procura uniformizar os procedimentos e metodologia de cálculo do reajuste anual das tarifas de água e esgotamento sanitário em todo o Estado, tendo como parâmetro sua utilização, atualmente, na zona urbana de Teresina, aprovada pela ARSETE, em 14 de maio de 2020.

CONSIDERANDO que a fórmula paramétrica deverá considerar fatores de ponderação (pesos) e índices resultantes de variações dos preços acumulados dos últimos 12 (doze) meses, de itens pré-definidos e que representem os custos mais significativos da concessionária pelos serviços prestados e computados a partir do terceiro mês anterior à data do reajuste das tarifas;

CONSIDERANDO que os documentos apresentados e analisados são suficientes para o fim de determinar se a proposta atenderá às diretrizes do art. 29, § 1º, da Lei 11.445/07, e em especial se esta visa à "ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços" e "geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço".

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a aplicação da FÓRMULA PARAMÉTRICA, nos procedimentos e na metodologia para o reajuste anual das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, prestados pela concessionária AGESPISA, no Estado do Piauí;

§ 1º - Para fins de sua implantação, a fórmula paramétrica considerará fatores de ponderação (pesos) e índices resultantes de variações dos preços acumulados dos últimos 12 (doze) meses, de itens pré-definidos e que representem os custos mais significativos da concessionária pelos serviços prestados;

§ 2º - Para efeito de sua aplicação os itens (custos), que comporão a fórmula paramétrica, deverão ser computados a partir do terceiro mês anterior à data do reajuste das tarifas;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DO PIAUÍ - AGRESPI, em Teresina - PI, aos 24 dias do mês de setembro de 2020.

Conselho Diretor da AGRESPI

JOSÉ MEDEIROS DE NORONHA PESSOA

Diretor de Saneamento, Transporte e Infraestrutura

JOSÉ WILLIAM TRINDADE CARVALHO

Diretor de Energia Comunicação e Gás Canalizado

LUIZ MAURO CORDEIRO DE ARAÚJO

Diretor Geral

Of. 70



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS - SASC  
GABINETE DO SECRETÁRIO

**PORTARIA Nº 074/20, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020**

Dispõe autorizar averbação de tempo de contribuição

Diretor da Divisão de Pessoal, no uso de suas atribuições legais.

**RESOLVE:**

Autorizar a averbação de tempo de contribuição da servidora **Maria do Socorro Silva Sousa**, que prestou serviços junto a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos – SASC, na função de Técnico Auxiliar C, no período 02/05/1986 a 28/02/1993. Seu tempo de contribuição é de 2.489 (dois mil quatrocentos e oitenta e nove) dias, correspondendo a 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 29 (vinte e nove) dias, conforme consta na certidão de tempo de contribuição, expedida pela Previdência Social. Datada de 16/08/2020, Protocolo Eletrônico 09001330.1.00064/20-0.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se

JOSÉ RIBAMAR NOLETO DE SANTANA

Secretário

Of. 787



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ  
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
TRABALHO E DIREITOS HUMANOS  
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA/FECOP-PI  
CONSELHO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA/CPCP

CONSELHO DE POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL,  
TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SASC  
GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

**RESOLUÇÃO Nº 16/2020**

O Conselho de Políticas de Combate à Pobreza – CONFECOP, órgão colegiado deliberativo e de caráter permanente, responsável pela formulação de políticas e diretrizes para execução dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, considerando os termos da Lei Estadual nº 5.622/2006 e por deliberações de seu Colegiado na 3ª Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de setembro de 2020 e, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

**RESOLVE:**

Art. 1 – Autorizar, por unanimidade, a aprovação do projeto **COFINCIAMENTO DA SAÚDE**, apresentado pela Secretaria de Saúde do Piauí- SESAPI. O projeto tem por objetivo melhorar a qualidade da assistência à saúde nos municípios conveniados a SESAPI. Máximo de recursos a serem empregados na execução total do projeto é da ordem de R\$ 33.709.548,72 (trinta e três milhões, setecentos e nove mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e dois centavos) custeado pelo Fundo Estadual Combate a Pobreza - FECOP.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação em Plenário.

Teresina (PI), 01 de outubro de 2020.

**José Ribamar Nolêto de Santana**

Presidente

Of. 768

**RESOLUÇÃO Nº 17/2020**

O Conselho de Políticas de Combate à Pobreza – CONFECOP, órgão colegiado deliberativo e de caráter permanente, responsável pela formulação de políticas e diretrizes para execução dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, considerando os termos da Lei Estadual nº 5.622/2006 e por deliberações de seu Colegiado na 3ª Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 30 de setembro de 2020 e, no uso de suas atribuições legais e regimentais.

**RESOLVE:**

Art. 1 – Autorizar, por unanimidade, a aprovação do projeto **TÉCNICO DE KIT PARA A PRODUÇÃO DE CAJUÍNA**, apresentado pela Secretaria da Agricultura Familiar-SAF. O projeto tem por objetivo Aquisição e implantação de 100 (cem) kit de materiais para produção de cajuína, básicos e produtivos, com os investimentos comunitários necessários realizando concessão de financiamento não reembolsável de projeto de aproveitamento do pedúnculo do caju na produção de cajuína. Máximo de recursos a serem empregados na execução total do projeto é da ordem de R\$ 174.792,00 (cento setenta e quatro mil, setecentos e noventa e dois reais) custeado pelo Fundo Estadual Combate à Pobreza - FECOP.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação em Plenário.

Teresina (PI), 01 de outubro de 2020.

**José Ribamar Nolêto de Santana**

Presidente

Of. 769